Licenciada Helena Margarida Rocha Pinhão Vieira como Assistente Convidada desta Faculdade, a tempo parcial (30 %) com efeitos a 1 de setembro de 2014, por quatro meses, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 140 da tabela aplicável aos docentes universitários;

Licenciada Maria Graciete Constante Ferreira de Carvalho como Assistente Convidada desta Faculdade, a tempo parcial (15 %) com efeitos a 1 de setembro de 2014, por um ano, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 140 da tabela aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

5 de janeiro de 2015. — O Diretor, *Professor Doutor Jaime C. Branco*.
208340905

Despacho (extrato) n.º 381/2015

Por despacho de 10 de dezembro de 2014, do Reitor da Universidade Nova:

Foi autorizada a passagem do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental do Doutor José António Henriques de Conde Belo, como Professor Associado, para o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em regime de tenure, com efeitos a 15 de novembro de 2014, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 245 da tabela aplicável aos docentes universitários. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

5 de janeiro de 2015. — O Diretor, *Professor Doutor Jaime C. Branco*.
208340549

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Declaração de retificação n.º 33/2015

Por ter sido publicado com inexatidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247 de 23 de dezembro de 2014, o n.º 3 (página 32340) do Aviso n.º 14346/2014, retifica-se que onde se lê “Consultada... recrutamento” deve ler-se “Consultado o INA, nos termos do Artigo 4.º da Portaria 48/2014 de 26 de fevereiro, foi declarada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação com o perfil pretendido”.

5 de janeiro de 2015. — O Diretor, *Prof. Doutor João Costa*.
208339845

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Despacho (extrato) n.º 382/2015

Por despacho de 6.01.2015, do reitor da Universidade do Porto, ao abrigo do disposto na alínea i) do artigo 40.º dos Estatutos da Universidade do Porto, determino:

1) São homologadas as alterações aos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, as quais vão publicados em anexo ao presente despacho e respetiva republicação em anexo ao Despacho n.º 26356/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2009.

2) Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO

Alterações aos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Artigo 23.º

Incompatibilidades

3 — O Presidente do Conselho de Representantes poderá convidar o Diretor a participar, sem direito de voto, em reuniões, quando considerar essa presença conveniente, em particular, tratando-se de matérias de elevado relevo institucional, ou propostas por ele apresentadas.

Artigo 25.º

Condições do exercício dos cargos dos membros docentes do Conselho Executivo

1 — O cargo de Diretor é exercido em regime de dedicação exclusiva, salvo se este optar pelo regime de tempo integral.

2 — Optando pelo regime de tempo integral, o Diretor não poderá acumular serviço docente num instituto politécnico ou numa universidade portuguesa.

Artigo 26.º

Composição do Conselho Científico

1 — O conselho científico é composto por dezasseis membros, doze do grupo de Direito e quatro do grupo de Criminologia; dois dos membros do órgão têm funções de Presidente e Vice-Presidente.

2 — Ressalvado o disposto no n.º 1 do artigo 20.º, os membros do Conselho ou são eleitos pelos pares do seu grupo, em listas separadas, respetivamente de Direito e de Criminologia, ou, se necessário, e logo a seguir à eleição para o órgão, cooptados pelos membros eleitos, a fim de se dar cumprimento às inerências legais e estatutárias, nos termos do n.º 7 do presente artigo e dos números 2 e 3 do artigo seguinte, mas dentro dos limites da composição do n.º 1 que terá que se manter, mesmo no caso de cooptação.”

4. a) No mínimo três professores catedráticos.

c) O Diretor da Escola de Criminologia ou, se tal não for possível em virtude de quaisquer das causas prevista no n.º 9, um representante designado por essa Escola que pertença à mesma e preencha os requisitos previstos no n.º 3 do presente artigo.

7 — Caso não sejam eleitos para o conselho científico um ou mais dos professores ou investigadores referidos no número quatro [...].

9 — A título excecional, e designadamente quando por qualquer motivo não for possível assegurar no conselho científico o número mínimo de três professores catedráticos previsto no n.º 4, poderão ser designados até três professores catedráticos de outras universidades portuguesas ou estrangeiras, os quais poderão ser jubilados ou aposentados.

10 — A designação dos professores catedráticos externos referida no número anterior será efetuada nos termos do artigo 27.º-A.

11 — Na hipótese prevista na 1.ª parte do n.º 9, o conselho não poderá deliberar em matérias que, nos termos do estatuto da carreira docente, sejam de competência exclusiva dos membros catedráticos do órgão, até que essas vagas venham a ser preenchidas nos termos do n.º 9, mantendo-se quanto às restantes matérias intacta a sua competência.

12 — (*Atual n.º 10.*)

Artigo 27.º

Designação dos membros do Conselho Científico

1 — De cada um dos boletins de voto, respetivamente do Grupo de Direito e do Grupo de Criminologia, constam, por ordem de categoria e antiguidade, os nomes de todos os elegíveis de cada um desses grupos, devendo o eleitor de cada colégio eleitoral assinalar os doze doutores em quem vota, no caso de Direito, e os quatro doutores em quem vota, no caso de Criminologia.

2 — Consideram-se eleitos os doze doutores elegíveis mais votados de Direito e os quatro doutores elegíveis mais votados de Criminologia, no caso de entre eles se contarem todos os professores ou investigadores referidos no n.º 4 do artigo anterior; caso essa situação não se verifique, apenas se consideram eleitos os mais votados em cifra inferior àquela, para que no limite estatutário dos membros do órgão tenham assento os doutores abrangidos pelo n.º 4 do artigo anterior, os quais devem ser cooptados em momento subsequente pelo Conselho, mas dentro dos limites da repartição de lugares do artigo 26.º, n.º 1, que terá que se manter.”

Artigo 27.º-A

Professores catedráticos externos Novo

1 — Verificada a hipótese prevista no n.º 9 do artigo 26.º, o Presidente do Conselho Científico ou um terço dos seus membros poderá solicitar ao Presidente do Conselho de Representantes que inicie o processo para a designação de professores catedráticos de outras instituições.

2 — Recebido o pedido referido no número anterior, o Presidente do Conselho de Representantes deverá convocar uma reunião do órgão especificamente destinada para o efeito, na qual, por uma maioria de dois terços dos membros presentes, não se considerando para tal as abstenções, deverá ser determinado o número de membros externos que devem ser designados pelo Conselho Científico, bem como os parâmetros que devem ser observados nessa designação.

3 — O Conselho Científico deve, de seguida, indicar o nome dos professores catedráticos externos, os quais deverão ser ratificados pelo Conselho de Representantes.

4 — Na deliberação do Conselho Científico referida no número anterior podem participar e votar todos os membros do órgão.

5 — Se o Conselho Científico não cumprir a deliberação do Conselho de Representantes, designadamente não indicando os nomes das personalidades externas no prazo que para tanto tiver sido fixado, competirá ao Conselho de Representantes designar os professores catedráticos externos que devem integrar o Conselho Científico.

6 — A deliberação do Conselho de Representantes referida no número anterior deverá ser aprovada por uma maioria de dois terços dos votos emitidos pelos membros do órgão e de dois terços dos representantes dos docentes no órgão, presentes em reunião expressamente convocada para o efeito, não se contando como tal as abstenções.

7 — O mandato dos professores catedráticos externos cessará com o termo do mandato dos restantes membros eleitos do Conselho Científico, sem prejuízo da sua eventual renovação, verificados que sejam os pressupostos referidos no n.º 9 do artigo 26.º

Artigo 31.º

Funcionamento do conselho científico

3 — Sempre que o conselho científico se proponha deliberar sobre áreas científicas ou secções ou sobre matérias em que aquelas devam ser ouvidas, caso tenham sido criadas nos termos do artigo 45.º, n.º 1, o Presidente poderá convocar, para participar na parte da reunião em que tal assunto for tratado, o professor mais antigo de categoria mais elevada da secção não representada no Conselho, ou quem aquele designar.

7 — Sempre que o Conselho Científico se proponha a deliberar sobre todo e qualquer assunto relativo a uma área científica ou secção de cada um dos grupos, deverá ouvir os membros dessa área científica ou secção membros do conselho científico, que poderão, no âmbito da consulta que lhes seja feita, formular propostas, ainda que não sejam finais.

Artigo 44.º

Estrutura organizativa

1 — A Faculdade é composta pelos grupos de Direito e de Criminologia.

Artigo 44.º-A

Áreas científicas Novo

1 — Para efeitos de desenvolvimento científico da Faculdade, o Grupo de Direito é composto por áreas científicas definidas pelo Conselho Científico.

2 — Aprovadas tais áreas pelo Conselho Científico, as mesmas são integradas nos Estatutos juntando-se em anexo.

Artigo 45.º

Secções

1 — (Atual n.º 2.)

2 — A criação de secções científicas compete ao Conselho Científico, por maioria de dois terços dos membros do órgão.

Artigo 57.º-A

Participação nos órgãos de gestão NOVO

A Faculdade privilegiará e incentivará, a participação dos membros de todos os corpos da Faculdade nos diversos órgãos de gestão.

Replicação em anexo ao Despacho n.º 26356/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2009

Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Preâmbulo

A primeira tentativa de criação de uma Faculdade de Direito pública no Porto data de 1915, ano em que foi apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta para o efeito. Depois de outras iniciativas igualmente frustradas, com a criação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto no ano de 1994, precedida que foi de uma deliberação unânime nesse sentido tomada em 1991 pelo Senado da Universidade, deu-se finalmente satisfação a um anseio muito antigo, cumprindo-se assim uma promessa adiada por quase um século.

Apesar de o caminho entretanto trilhado não ter sido fácil, professores, estudantes e funcionários inauguraram, juntos, a primeira Escola

de Criminologia do país, criaram centros de investigação, bem como diversos grupos académicos. E, por cada meta alcançada, a Faculdade cresce, ganha força e afirma a sua identidade. Neste trajeto, a Faculdade atribui a maior importância ao estreitar de laços académicos e científicos de âmbito internacional, dando particular relevo ao mundo da lusofonia.

A aprovação dos novos Estatutos da Universidade do Porto foi encarada pela Faculdade como uma oportunidade para reforçar o seu empenho em tornar-se uma instituição de referência no domínio da investigação e do ensino superior.

Assim, decididos a consolidar o caminho já percorrido, professores, estudantes e funcionários, no exercício da autonomia que lhes é concedida, através da Assembleia que os representa, aprovam os seguintes Estatutos:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Natureza, missão e graus

Artigo 1.º

Natureza

1 — A Faculdade de Direito da Universidade do Porto, adiante designada por Faculdade de Direito ou Faculdade, é uma unidade orgânica de ensino e investigação da Universidade do Porto, no domínio das Ciências Jurídicas, da Criminologia e de outras áreas do conhecimento conexas.

2 — A Faculdade de Direito é dotada de autogoverno e goza de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira.

3 — A Faculdade de Direito adota emblemática conforme ao Manual de Imagem da Universidade do Porto.

4 — O Dia da Faculdade de Direito é o dia 12 de dezembro.

Artigo 2.º

Missão e áreas estratégicas

1 — A Faculdade de Direito tem por missão criar, transmitir e difundir a ciência e a cultura, prosseguindo os seus objetivos através de adequada projeção nos meios sociais e científicos locais, nacionais e internacionais.

2 — A Faculdade de Direito constitui-se como elemento base e dinamizador da Universidade do Porto nas áreas estratégicas das Ciências Jurídicas, da Criminologia e de outras áreas do conhecimento conexas.

Artigo 3.º

Fins

1 — A Faculdade de Direito contribui ativamente para a prossecução dos fins e compartilha dos valores e princípios constantes dos Estatutos

2 — Em particular, a Faculdade tem como fins:

a) A Investigação e Docência no âmbito das ciências jurídicas, criminológicas e áreas conexas;

b) A oferta, nas respetivas áreas, dos diversos ciclos de estudos, bem como de formação pós-graduada não conferente de grau e de formação contínua;

c) O incentivo à mobilidade internacional através dos programas adequados;

d) A formação científica e humana do corpo discente com vista a contribuir para a realização da Justiça e o desenvolvimento da sociedade;

e) A preparação para a inserção dos seus graduados na vida ativa.

Artigo 4.º

Liberdade Académica

1 — São garantidas aos docentes e investigadores a livre formação e manifestação de doutrinas e posições científicas, bem como a livre orientação do ensino.

2 — É garantido aos estudantes o direito à compreensão crítica dos conteúdos do ensino e à manifestação fundamentada das suas opiniões.

Artigo 5.º

Graus e cursos

1 — A Faculdade de Direito confere os graus de licenciado, de mestre e de doutor em Direito e em Criminologia e o título de agregado em Direito e em Criminologia.

2 — A Faculdade de Direito pode organizar outros ciclos de estudos com atribuição dos correspondentes graus ou títulos em conformidade com a legislação em vigor.

3 — A Faculdade de Direito organiza cursos de especialização e confere os respetivos certificados e diplomas.

Artigo 6.º

Língua Portuguesa

1 — As aulas e os seminários são ministrados em português, e as dissertações e demais trabalhos científicos dos estudantes são redigidos em português, sem prejuízo de resumos em línguas estrangeiras.

2 — O disposto no número anterior não impede o uso de línguas estrangeiras:

a) Em aulas, conferências e seminários de professores estrangeiros, reuniões científicas e atividades de cooperação internacional, devendo, sempre que possível, assegurar-se a tradução simultânea para português ou distribuição de materiais de apoio;

b) Em dissertações, teses e trabalhos, mediante autorização do conselho científico ou do responsável pela disciplina;

c) Na lecionação e avaliação de disciplinas optativas;

d) Na lecionação de disciplinas obrigatórias, a título excepcional e mediante autorização do conselho científico, sem prejuízo de a avaliação dever ser feita em língua portuguesa;

e) Em cursos específicos dirigidos a estrangeiros.

Artigo 7.º

Colaboração e intercâmbio

1 — A Faculdade colabora com outras unidades orgânicas da Universidade do Porto e de outras Universidades, nacionais ou estrangeiras, na realização de cursos, projetos de investigação ou quaisquer atividades de interesse comum.

2 — A Faculdade promove ações de cooperação e de intercâmbio de docentes e estudantes com outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, podendo estabelecer convênios com instituições congêneres, públicas ou privadas, de investigação e de desenvolvimento.

CAPÍTULO II

Autonomias

Artigo 8.º

Autonomia estatutária e regulamentar

A Faculdade goza de autonomia estatutária e regulamentar que se manifesta no poder de elaborar, aprovar e rever os respetivos Estatutos e demais regulamentos relativos à organização, funcionamento e atividade dos seus órgãos e serviços, nos limites da lei e dos Estatutos da Universidade do Porto.

Artigo 9.º

Autonomia científica e pedagógica

No exercício da sua autonomia científica e pedagógica, a Faculdade tem competência para:

a) Definir, programar e executar os seus planos e projetos de investigação, a prestação de serviços à comunidade e demais atividades científicas e culturais;

b) Propor ao Reitor da Universidade do Porto a criação, alteração, suspensão e extinção de cursos;

c) Fixar, para cada curso, as regras de acesso, matrícula, inscrição, reingresso, transferência e mudança de curso, em conformidade com o disposto nos Estatutos da Universidade do Porto e a legislação em vigor;

d) Estabelecer os regimes de prescrição aplicáveis, em conformidade com os princípios aprovados pelos órgãos centrais de governo da Universidade do Porto;

e) Definir os métodos de ensino, incluindo os processos de avaliação de conhecimentos;

f) Ensaiar novos métodos pedagógicos.

Artigo 10.º

Autonomia administrativa

A autonomia administrativa da Faculdade manifesta -se na sua capacidade de:

a) Emitir regulamentos e praticar atos administrativos, no âmbito do exercício de poderes e funções públicas;

b) Praticar os atos jurídicos adequados à prossecução dos seus objetivos, cabendo aos órgãos competentes autorizar despesas e celebrar os contratos necessários à respetiva gestão corrente, designadamente, contratos e protocolos para a execução de projetos de investigação e desenvolvimento, de prestação de serviços, contratos de aquisição de bens e serviços e ainda contratos de pessoal e de concessão de bolsas.

Artigo 11.º

Autonomia financeira

1 — A autonomia financeira da Faculdade, manifesta -se na capacidade para gerir livremente os seus recursos financeiros, segundo critérios por si estabelecidos, incluindo os poderes de:

a) Elaborar propostas dos seus planos plurianuais;

b) Elaborar propostas dos seus orçamentos;

c) Executar os orçamentos aprovados pelo Conselho Geral da Universidade;

d) Liquidar e cobrar as receitas próprias;

e) Autorizar despesas e efetuar pagamentos;

f) Proceder às necessárias propostas de alterações orçamentais, sujeitas à aprovação do Conselho de Gestão da Universidade.

2 — São receitas da Faculdade de Direito:

a) As dotações que lhe forem concedidas no Orçamento da Universidade do Porto;

b) As provenientes de direitos de propriedade intelectual ou industrial;

c) Os rendimentos de bens próprios ou de que tenha a fruição;

d) As decorrentes da prestação de serviços e da venda de publicações;

e) O resultado da alienação de bens, quando autorizada por lei, bem como de outros elementos patrimoniais, designadamente material imprestável ou dispensável;

f) Os subsídios, subvenções, participações, doações, heranças e legados;

g) Os juros de contas de depósitos;

h) Os saldos da conta de gerência dos anos anteriores;

i) O produto de taxas, emolumentos e multas;

j) O produto de empréstimos contraídos;

k) Quaisquer outras que legalmente possa arrecadar.

3 — No domínio da sua autonomia financeira, a Faculdade de Direito está sujeita ao controlo do órgão de fiscalização financeira da Universidade.

Artigo 12.º

Tutela

Sem prejuízo da sua autonomia, a Faculdade está sujeita a tutela do órgão de fiscalização da Universidade do Porto.

TÍTULO II

Governo da Faculdade

CAPÍTULO I

Órgãos de governo da Faculdade

Artigo 13.º

Elenco

A Faculdade de Direito possui os seguintes órgãos de governo:

a) Conselho de Representantes;

b) Diretor;

c) Conselho Executivo;

d) Conselho Científico;

e) Conselho Pedagógico;

f) Conselho Consultivo.

CAPÍTULO II

Conselho de Representantes

Artigo 14.º

Composição do Conselho de Representantes

1 — O Conselho de Representantes é a assembleia representativa dos corpos constitutivos da Faculdade.

2 — O Conselho de Representantes é composto por quinze membros, distribuídos da seguinte forma:

a) Nove representantes dos docentes ou investigadores da Faculdade, seis dos quais, pelo menos, possuidores de grau de doutor, devendo dois dos nove ser docentes de Criminologia, e os restantes sete de Direito, uns e outros eleitos pelos docentes dos respetivos cursos;

b) Quatro representantes dos estudantes de qualquer ciclo de estudos, devendo três ser de Direito e um de Criminologia, eleitos pelos estudantes dos respetivos cursos;

c) Um representante dos trabalhadores não docentes e não investigadores da Faculdade;

d) Uma personalidade externa cooptada pelos restantes membros do Conselho, por si designada, sob proposta de pelo menos três dos seus membros.

3 — O mandato dos membros do Conselho é de quatro anos, exceto o dos estudantes que é de dois anos.

Artigo 15.º

Competência do Conselho de Representantes

1 — Compete ao Conselho de Representantes:

- a) Aprovar o seu regimento;
- b) Organizar o procedimento de eleição e eleger o Diretor da Faculdade;
- c) Aprovar as alterações dos Estatutos da Faculdade, de acordo com o disposto no artigo 59.º, bem como os regulamentos das subunidades orgânicas;
- d) Fiscalizar e apreciar os atos do Diretor e do Conselho Executivo e aprovar recomendações relativamente à sua atuação;
- e) Aprovar moções de confiança ou de censura ao Diretor tendo em conta o zelo e a diligência postos na sua atuação, em particular no que respeita ao equilíbrio financeiro da Faculdade, tanto o presente como o futuro, importando a aprovação da moção de censura a demissão do Diretor e do Conselho Executivo;
- f) Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da instituição;
- g) Pronunciar -se sobre as medidas a tomar em caso de incapacidade ou impedimento permanente do Diretor;
- h) Desempenhar as demais funções previstas na lei ou nos Estatutos da Faculdade.

2 — Sob proposta do Diretor, compete ao Conselho de Representantes:

- a) Aprovar as propostas dos planos estratégicos da Faculdade e o plano de ação para o quadriénio do mandato do Diretor, e comunicá-las ao Conselho Geral;
- b) Aprovar as linhas gerais de orientação da Faculdade nos planos científico, pedagógico e financeiro;
- c) Criar, transformar ou extinguir subunidades orgânicas da Faculdade;
- d) Decidir sobre a criação, fusão, transformação e extinção de unidades de investigação;
- e) Aprovar as propostas do plano de atividades e do orçamento anual, comunicando -as ao Reitor;
- f) Aprovar o relatório de atividades e as contas anuais, comunicando -as ao Reitor;
- g) Pronunciar -se sobre os restantes assuntos que lhe forem apresentados pelo Diretor.

3 — Compete ao colégio dos docentes e investigadores não titulares de grau de doutor, membros do Conselho, eleger um representante para os efeitos do n.º 4 do artigo 31.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 34.º

4 — As deliberações relativas às matérias da alínea e) do n.º 1 e das alíneas c) e d) do n.º 2, são aprovadas por maioria de votos dos seus membros em efetividade de funções.

Artigo 16.º

Eleição e substituição dos membros do Conselho de Representantes

1 — Os membros do conselho de representantes referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 14.º são eleitos diretamente pelos respetivos corpos, segundo o sistema de representação proporcional das várias listas e o método de Hondt, nos termos do regulamento eleitoral aprovado pelo próprio Conselho.

2 — Os membros do Conselho de Representantes referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 14.º que percam essa qualidade, são substituídos pelos elementos não eleitos da sua lista, pela respetiva ordem.

3 — Na ausência de substitutos, procede -se a nova eleição pelo respetivo corpo com vista à substituição da totalidade dos representantes, nos termos do n.º 1.

4 — O membro do Conselho de Representantes referido na alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º que solicite a dispensa dessas funções é substituído por outro designado segundo o procedimento ali referido.

Artigo 17.º

Funcionamento do Conselho de Representantes

1 — O Conselho de Representantes reúne ordinariamente três vezes por ano letivo e extraordinariamente por iniciativa do seu Presidente, a solicitação do Diretor ou a requerimento de um terço dos membros em efetividade de funções.

2 — As reuniões ordinárias, preferencialmente, têm lugar nos meses de outubro, fevereiro e junho.

Artigo 18.º

Mesa do Conselho de Representantes

A Mesa do Conselho de Representantes é constituída por um Presidente, um Vice -Presidente e um secretário, eleitos por maioria simples, nos termos do regimento do Conselho.

CAPÍTULO III

Diretor e Conselho Executivo

Artigo 19.º

Eleição do Diretor

1 — O Diretor da Faculdade é eleito por escrutínio secreto pelo Conselho de Representantes de entre professores ou investigadores titulares do grau de doutor da Universidade do Porto ou de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, de ensino superior universitário ou de investigação, que se tenham candidatado, nos termos do respetivo regulamento eleitoral.

2 — Para a eleição do Diretor é exigido um quórum constitutivo de dois terços dos membros em efetividade de funções em número nunca inferior a oito.

3 — Considera -se eleito o candidato que obtiver mais de metade dos votos favoráveis válidos, entendendo -se como válidos os votos nominativos e em branco.

4 — Em caso de candidato único que não obtenha a maioria referida no número anterior, inicia -se de imediato novo processo eleitoral.

5 — Existindo dois ou mais candidatos, e não tendo nenhum obtido a maioria referida no n.º 3, procede -se a segundo escrutínio entre os dois mais votados, sendo eleito aquele que obtiver maior número de votos.

6 — No momento da apresentação da candidatura, devem os candidatos indicar o nome proposto para Subdiretor.

7 — O mandato do Diretor é de quatro anos, podendo ser renovado uma só vez.

8 — Em caso de cessação antecipada do mandato, o novo Diretor inicia novo mandato.

Artigo 20.º

Inerências e incompatibilidades

1 — O Diretor da Faculdade é por inerência o Presidente do conselho científico, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — O candidato a Diretor pode renunciar à presidência do conselho científico, desde que o faça por escrito no momento de apresentação da candidatura.

3 — O cargo de Diretor é incompatível com o exercício das funções de Presidente do Conselho Pedagógico e de Presidente do Conselho de Representantes.

Artigo 21.º

Competência do Diretor

Compete ao Diretor da Faculdade:

- a) Nomear e exonerar os demais membros do Conselho Executivo;
- b) Representar a Faculdade no Senado, perante os demais órgãos da Universidade e face ao exterior;
- c) Presidir ao Conselho Executivo e superintender nos serviços da Faculdade;
- d) Aprovar o calendário escolar e o calendário de exames, ouvido o Conselho Pedagógico;
- e) Homologar a distribuição de serviço docente, ouvido o conselho científico;

f) Executar as deliberações do conselho científico e do Conselho Pedagógico, quando vinculativas;

g) Exercer o poder disciplinar que lhe seja delegado pelo Reitor;

h) Submeter ao Conselho de Representantes os planos estratégicos da Faculdade e o plano de ação para o quadriénio do mandato, ouvido o conselho científico;

i) Propor ao Conselho de Representantes as linhas gerais de orientação da Faculdade no plano científico e pedagógico, ouvidos o conselho científico e o Conselho Pedagógico;

j) Propor ao Conselho de Representantes as linhas gerais de orientação da Faculdade no plano financeiro;

k) Submeter ao Conselho de Representantes o orçamento e o plano de atividades, bem como o relatório de atividades e as contas;

l) Zelar de forma diligente e criteriosa pelo equilíbrio financeiro, atual e futuro, da Faculdade;

m) Propor ao Conselho de Representantes a criação, transformação ou extinção de subunidades orgânicas da Faculdade, obtido o parecer favorável do conselho científico;

n) Propor ao Conselho de Representantes a criação, fusão, transformação e extinção de unidades de investigação da Faculdade, obtido o parecer favorável do conselho científico;

o) Nomear os diretores dos ciclos de estudos, sob proposta do conselho científico;

p) Homologar a eleição dos coordenadores das unidades de investigação;

q) Homologar a eleição dos diretores das subunidades orgânicas;

r) Elaborar conclusões sobre os relatórios de avaliação das unidades de investigação que integram a Faculdade e daquelas em que participam os seus docentes e investigadores;

s) Propor ao Reitor a criação, alteração ou a extinção de ciclos de estudos, obtido o parecer favorável do conselho científico e ouvido o Conselho Pedagógico;

t) Propor ao Reitor os valores máximos de novas admissões e de inscrições de estudantes, nos termos legais, ouvidos o conselho científico e o Conselho Pedagógico;

u) Aprovar os regulamentos necessários ao bom funcionamento da Faculdade, sob proposta do Conselho Executivo;

v) Observado o disposto na lei, autorizar em casos absolutamente excecionais, mediante fundamentação pertinente, a substituição pontual de docentes no exercício de funções letivas, incluindo as de avaliação;

w) Decidir quanto à contratação e nomeação de pessoal, a qualquer título, obtido o parecer favorável do conselho científico, quanto ao pessoal docente e investigador;

x) Arrecadar e gerir as receitas e autorizar a realização de despesas e pagamentos;

y) Decidir sobre a aceitação de bens móveis;

z) Nomear e exonerar, nos termos da lei, os dirigentes dos serviços da Faculdade;

aa) Exercer as funções que lhe sejam delegadas pelo Reitor;

bb) Exercer as demais funções previstas na lei ou nos presentes Estatutos.

Artigo 22.º

Composição do Conselho Executivo

1 — O Conselho Executivo é composto:

a) Pelo Diretor, que preside ao órgão;

b) Pelo Subdiretor, que deverá ser um professor ou investigador titular do grau de doutor com vínculo à Faculdade, e por um vogal docente da Faculdade, livremente designados e destituídos pelo Diretor;

c) Por um vogal trabalhador não docente, designado e destituído pelo Diretor, após consulta prévia não vinculativa ao respetivo corpo, organizada pelo representante dos trabalhadores não docentes no Conselho de Representantes;

d) Por um vogal estudante, proposto pelos representantes do respetivo corpo no Conselho de Representantes.

2 — O mandato dos membros do Conselho Executivo é de quatro anos, coincidindo com o do Diretor, exceto os dos estudantes, que é de dois anos.

3 — As vagas que se verifiquem no Conselho Executivo são preenchidas no prazo máximo de 30 dias.

Artigo 23.º

Incompatibilidades

1 — O mandato dos membros do Conselho Executivo é incompatível com o exercício de funções no Conselho de Representantes.

2 — Quando um membro do Conselho de Representantes for designado para o Conselho Executivo, procede -se de imediato à sua substituição, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 16.º

3 — O Presidente do Conselho de Representantes poderá convidar o Diretor a participar, sem direito de voto, em reuniões, quando considerar essa presença conveniente, em particular, tratando-se de matérias de elevado relevo institucional, ou propostas por ele apresentadas.

Artigo 24.º

Competência do Conselho Executivo

Compete ao Conselho Executivo coadjuvar o Diretor no exercício das suas funções e exercer as funções e os poderes previstos nos Estatutos ou que lhe tenham sido delegados pelo Conselho de Gestão da Universidade.

Artigo 25.º

Condições de exercício dos cargos dos membros docentes do Conselho Executivo

1 — O cargo de Diretor é exercido em regime de dedicação exclusiva, salvo se este optar pelo regime de tempo integral.

2 — Optando pelo regime de tempo integral, o Diretor não poderá acumular serviço docente num instituto politécnico ou numa universidade portuguesa.

3 — O Diretor está dispensado da prestação de serviço docente e de investigação, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poder prestar.

4 — O Subdiretor pode beneficiar de dispensa ou redução de serviço docente e de investigação, por decisão fundamentada do Diretor, devendo, em ambas as situações, ser o cargo exercido em regime de dedicação exclusiva.

5 — O vogal docente do Conselho pode beneficiar de redução de serviço docente e de investigação, por decisão fundamentada do Diretor, devendo, nessa situação, ser o cargo exercido em regime de dedicação exclusiva.

CAPÍTULO IV

Conselho Científico

Artigo 26.º

Composição do conselho científico

1 — O conselho científico é composto por dezasseis membros, doze do grupo de Direito e quatro do grupo de Criminologia; dois dos membros do órgão têm funções de Presidente e Vice-Presidente.

2 — Ressalvado o disposto no n.º 1 do artigo 20.º, os membros do Conselho ou são eleitos pelos pares do seu grupo, em listas separadas, respetivamente de Direito e de Criminologia, ou, se necessário, e logo a seguir à eleição para o órgão, cooptados pelos membros eleitos, a fim de se dar cumprimento às inerências legais e estatutárias, nos termos do n.º 7 do presente artigo e dos números 2 e 3 do artigo seguinte, mas dentro dos limites da composição do n.º 1 que terá que se manter, mesmo no caso de cooptação.

3 — Sem prejuízo do exercício do cargo de Presidente pelo Diretor da Faculdade, só os professores e investigadores titulares do grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato celebrado com a de funções, dispõem da capacidade de eleger e de ser eleitos, ou de ser cooptados para o conselho científico.

4 — Para além do Diretor, integram o conselho científico:

a) No mínimo três professores catedráticos.

b) No mínimo quatro professores associados.

c) O Diretor da Escola de Criminologia ou, se tal não for possível em virtude de quaisquer das causas prevista no n.º 9, um representante designado por essa Escola que pertença à mesma e preencha os requisitos previstos no n.º 3 do presente artigo.

d) Um representante de cada uma das unidades de investigação da Faculdade reconhecidas e avaliadas, nos termos da lei, com pelo menos «Muito Bom», em que participem professores e investigadores titulares do grau de doutor vinculados à Faculdade através de contratos com a duração mínima de um ano.

5 — Os membros com assento no órgão por inerência concorrem para o preenchimento das vagas referidas nas al. a) e b) do número anterior.

6 — Os membros previstos na alínea d) do n.º 4 não podem exceder vinte por cento do número total de membros do Conselho

7 — Caso não sejam eleitos para o conselho científico um ou mais dos professores ou investigadores referidos no número quatro, devem os restantes ser cooptados pelos membros eleitos, conforme os casos, de entre os professores ou investigadores que desempenhem os cargos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 4, e que não tenham sido sufragados, ou de entre os professores que preencham os requisitos previstos no n.º 3

do presente artigo, e que pertençam às categorias referidas nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 4, até o Conselho dispor do número mínimo de catedráticos e associados ali indicado.

8 — Considera-se para todos os efeitos representante de cada uma das entidades referidas na alínea *d)* do n.º 4, o respetivo Presidente, Diretor ou Coordenador, ou, caso exista norma expressa nessa matéria, a pessoa aí referenciada, desde que preencha os requisitos referidos no n.º 3.

9 — A título excecional, e designadamente quando por qualquer motivo não for possível assegurar no conselho científico o número mínimo de três professores catedráticos previsto no n.º 4, poderão ser designados até três professores catedráticos de outras universidades portuguesas ou estrangeiras, os quais poderão ser jubilados ou aposentados

10 — A designação dos professores catedráticos externos referida no número anterior será efetuada nos termos do artigo 27.º-A.

11 — Na hipótese prevista na 1.ª parte do n.º 9, o conselho não poderá deliberar em matérias que, nos termos do estatuto da carreira docente, sejam de competência exclusiva dos membros catedráticos do órgão, até que essas vagas venham a ser preenchidas nos termos do n.º 9, mantendo-se quanto às restantes matérias intacta a sua competência.

12 — O mandato dos membros do conselho científico é de quatro anos.

Artigo 27.º

Designação dos membros do conselho científico

1 — De cada um dos boletins de voto, respetivamente do Grupo de Direito e do Grupo de Criminologia, constam, por ordem de categoria e antiguidade, os nomes de todos os elegíveis de cada um desses grupos, devendo o eleitor de cada colégio eleitoral assinalar os doze doutores em quem vota, no caso de Direito, e os quatro doutores em quem vota, no caso de Criminologia.

2 — Consideram-se eleitos os doze doutores elegíveis mais votados de Direito e os quatro doutores elegíveis mais votados de Criminologia, no caso de entre eles se contarem todos os professores ou investigadores referidos no n.º 4 do artigo anterior; caso essa situação não se verifique, apenas se consideram eleitos os mais votados em cifra inferior àquela, para que no limite estatutário dos membros do órgão tenham assento os doutores abrangidos pelo n.º 4 do artigo anterior, os quais devem ser cooptados em momento subsequente pelo Conselho, mas dentro dos limites da repartição de lugares do artigo 26.º, n.º 1, que terá que se manter.

3 — Na hipótese prevista na segunda parte do número anterior, no prazo de 30 dias após a data da eleição, deve o Diretor convocar uma primeira reunião com os membros eleitos do órgão, tendo como ponto único da ordem de trabalhos a designação por cooptação dos restantes membros, em conformidade com o disposto no número anterior e no n.º 7 do artigo anterior.

4 — A eleição do Vice-Presidente tem lugar na primeira reunião do órgão ou, na hipótese do número anterior, na sessão seguinte à reunião ali mencionada.

5 — Na eleição referida no número anterior, devem constar do boletim de voto, por ordem de categoria e antiguidade, os nomes de todos os membros do Conselho, considerando -se eleita a pessoa mais votada.

6 — Caso o Vice-Presidente do Conselho renuncie ao cargo, procede-se a nova eleição.

Artigo 27.º-A

Professores catedráticos externos

1 — Verificada a hipótese prevista no n.º 9 do artigo 26.º, o Presidente do Conselho Científico ou um terço dos seus membros poderá solicitar ao Presidente do Conselho de Representantes que inicie o processo para a designação de professores catedráticos de outras instituições.

2 — Recebido o pedido referido no número anterior, o Presidente do Conselho de Representantes deverá convocar uma reunião do órgão especificamente destinada para o efeito, na qual, por uma maioria de dois terços dos membros presentes, não se considerando para tal as abstenções, deverá ser determinado o número de membros externos que devem ser designados pelo Conselho Científico, bem como os parâmetros que devem ser observados nessa designação.

3 — O Conselho Científico deve, de seguida, indicar o nome dos professores catedráticos externos, os quais deverão ser ratificados pelo Conselho de Representantes.

4 — Na deliberação do Conselho Científico referida no número anterior podem participar e votar todos os membros do órgão.

5 — Se o Conselho Científico não cumprir a deliberação do Conselho de Representantes, designadamente não indicando os nomes das personalidades externas no prazo que para tanto tiver sido fixado, competirá ao Conselho de Representantes designar os professores catedráticos externos que devem integrar o Conselho Científico.

6 — A deliberação do Conselho de Representantes referida no número anterior deverá ser aprovada por uma maioria de dois terços dos votos

emitidos pelos membros do órgão e de dois terços dos representantes dos docentes no órgão, presentes em reunião expressamente convocada para o efeito, não se contando como tal as abstenções.

7 — O mandato dos professores catedráticos externos cessará com o termo do mandato dos restantes membros eleitos do Conselho Científico, sem prejuízo da sua eventual renovação, verificados que sejam os pressupostos referidos no n.º 9 do artigo 26.º

Artigo 28.º

Eleição e renúncia do Presidente quando não for o Diretor

Verificada a hipótese prevista no artigo 20.º, n.º 2, cabe ao conselho científico a eleição do respetivo Presidente, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o procedimento previsto para a eleição do Vice-Presidente; em caso de renúncia, aplica -se também o procedimento previsto para a renúncia do Vice-Presidente.

Artigo 29.º

Competência do conselho científico

Compete ao conselho científico:

- a)* Elaborar e aprovar o seu regimento;
- b)* Pronunciar -se sobre as propostas dos planos estratégicos da Faculdade;
- c)* Emitir parecer sobre o plano de atividades científicas da Faculdade;
- d)* Emitir parecer sobre a criação, transformação ou extinção de subunidades orgânicas;
- e)* Emitir parecer sobre a criação, fusão, transformação e extinção de unidades de investigação da Faculdade;
- f)* Pronunciar-se sobre as conclusões, elaboradas pelo Diretor, dos relatórios de avaliação das unidades de investigação que integram a Faculdade e daquelas em que participam os seus docentes e investigadores;
- g)* Emitir parecer quanto à contratação de docentes, investigadores e monitores;
- h)* Zelar para que, na distribuição das tarefas letivas, sejam criadas condições para a produção científica dos docentes, tendo em consideração o necessário equilíbrio entre as funções de docência e de investigação;
- i)* Deliberar sobre equivalências de unidades curriculares e dos diferentes ciclos de estudos, nos termos legais;
- j)* Deliberar sobre a distribuição do serviço docente, sujeita a homologação do Diretor;
- k)* Emitir parecer sobre a criação, alteração ou extinção de ciclos de estudos em que participe a Faculdade e aprovar os respetivos planos de estudos;
- l)* Emitir parecer sobre a designação dos diretores dos ciclos de estudos;
- m)* Aprovar os regulamentos dos diferentes ciclos de estudos;
- n)* Propor a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- o)* Propor e pronunciar-se sobre a instituição de prémios;
- p)* Propor e pronunciar-se sobre a realização de acordos e parcerias internacionais;
- q)* Propor a composição dos júris de provas e de concursos académicos;
- r)* Praticar os demais atos previstos na lei e nos Estatutos relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de docentes, investigadores e monitores;
- s)* Exercer as demais funções previstas na lei ou nos Estatutos.

Artigo 30.º

Competência do Presidente do conselho científico

1 — Compete ao Presidente do conselho científico preparar a ordem de trabalhos, nos termos do n.º 2, e marcar as reuniões do órgão, quando estas não tenham sido marcadas pelo próprio órgão, dirigir os debates e praticar os atos necessários à execução das decisões do Conselho.

2 — Da ordem de trabalhos devem constar todos os assuntos a debater e ainda os indicados por qualquer vogal, sempre que o pedido de inscrição haja sido apresentado com a antecedência mínima de dez dias sobre a data da reunião.

3 — Caso o Presidente do conselho científico não seja o Diretor, este pode indicar até setenta e duas horas antes da reunião assuntos a incluir na ordem de trabalhos.

4 — A ordem de trabalhos deve ser entregue a todos os membros com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

5 — Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos, salvo se, tratando -se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.

Artigo 31.º

Funcionamento do conselho científico

1 — O conselho científico reúne e delibera exclusivamente em plenary, tendo todos os seus membros o direito e o dever funcional de participar nos debates que precedem a tomada de deliberações, quaisquer que elas sejam, e de manifestar livremente a respetiva opinião sobre as matérias objeto da competência do órgão.

2 — Sem prejuízo dos casos previstos na lei em que todo o órgão é chamado a pronunciar -se, os membros do conselho científico não podem votar, nem apresentar propostas finais a votação, no âmbito de:

a) Atos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua, entendendo -se como carreira unicamente concursos relativos àqueles docentes;

b) Concursos ou provas em relação às quais reúnam as condições para ser opositores.

3 — Sempre que o conselho científico se proponha deliberar sobre áreas científicas ou secções ou sobre matérias em que aquelas devam ser ouvidas, caso tenham sido criadas nos termos do artigo 45.º, n.º 1, o Presidente poderá convocar, para participar na parte da reunião em que tal assunto for tratado, o professor mais antigo de categoria mais elevada da secção não representada no Conselho, ou quem aquele designar.

4 — Sempre que o conselho científico se proponha deliberar sobre assuntos de carácter genérico que digam respeito a docentes e investigadores não doutorados, o Presidente poderá convocar, para participar na parte da reunião em que tal assunto for tratado, o representante eleito por estes extratos académicos no âmbito do Conselho de Representantes.

5 — Sempre que o conselho científico se proponha deliberar sobre assuntos de especial relevância que digam respeito aos interesses dos estudantes, o Presidente poderá convocar, para participar na parte da reunião em que tal assunto for tratado, o estudante designado pelos representantes do respetivo corpo no Conselho de Representantes.

6 — Os representantes referidos nos números 3, 4 e 5 não gozam de direito de voto, mas têm o direito de ser previamente informados e de apresentar propostas a votação relativamente às matérias que motivaram a respetiva convocação.

7 — Sempre que o Conselho Científico se proponha a deliberar sobre todo e qualquer assunto relativo a uma área científica ou secção de cada um dos grupos, deverá ouvir os membros dessa área científica ou secção membros do conselho científico, que poderão, no âmbito da consulta que lhes seja feita, formular propostas, ainda que não sejam finais.

CAPÍTULO V

Conselho Pedagógico

Artigo 32.º

Composição e eleição do Conselho Pedagógico

1 — O Conselho Pedagógico é composto por dez membros, em participação igual de entre representantes do corpo docente ou investigador e dos estudantes, de acordo com a seguinte distribuição:

- a) Presidente, que deve ter o grau de doutor;
- b) Vice -presidente;
- c) Três vogais em representação dos docentes;
- d) Cinco vogais em representação dos estudantes.

2 — Dos coletivos representantes dos corpos docente e discente deve pelo menos um representante de cada coletivo ser de Criminologia.

3 — Na sua primeira reunião após as eleições, os membros do Conselho Pedagógico elegem, entre os docentes, um Presidente e um Vice -presidente, segundo o procedimento previsto números 5 e 6 do artigo 27.º, com as necessárias adaptações.

4 — Os membros do Conselho Pedagógico são eleitos segundo o sistema de representação proporcional e o método de Hondt, exceto os representantes de Criminologia de ambos os corpos, que são eleitos em listas próprias.

5 — O mandato dos docentes do Conselho Pedagógico é de quatro anos e dos estudantes é de dois anos.

6 — Os membros do Conselho Pedagógico podem renunciar ao mandato.

7 — Nos casos de ausência, falta ou impedimento de um membro do Conselho Pedagógico este é substituído pelos elementos não eleitos da sua lista, pela respetiva ordem.

Artigo 33.º

Competência do Conselho Pedagógico

Compete ao Conselho Pedagógico:

- a) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- b) Pronunciar -se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
- c) Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da Faculdade, procedendo à respetiva análise e divulgação junto das instâncias competentes;
- d) Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, através de métodos adequados e fiáveis, procedendo à respetiva análise e divulgação junto dos próprios e das instâncias competentes;
- e) Apreciar exposições e requerimentos sobre aspetos pedagógicos do ensino ministrado e propor as medidas necessárias ao respetivo aperfeiçoamento, devendo ser ouvidos os docentes e tendo em consideração a especificidade das matérias;
- f) Aprovar os regulamentos pedagógicos e de avaliação de conhecimentos, ouvido o conselho científico;
- g) Aprovar os regimes de avaliação dos trabalhadores -estudantes, atletas -estudantes e dirigentes associativos;
- h) Pronunciar -se sobre o regime de prescrições e de precedências;
- i) Pronunciar -se sobre a criação, alteração ou extinção de ciclos de estudos em que participe a Faculdade e sobre os respetivos planos de estudos;
- j) Pronunciar -se sobre a instituição de prémios escolares;
- k) Pronunciar -se sobre o calendário letivo e os mapas de exames propostos pelos representantes dos estudantes;
- l) Exercer as demais funções previstas na lei ou nos Estatutos.

CAPÍTULO VI

Conselho Consultivo

Artigo 34.º

Composição do Conselho Consultivo

1 — O Conselho Consultivo é composto por:

- a) O Diretor da Faculdade, que preside;
- b) Os doutores honoris causa da Universidade do Porto propostos pela Faculdade;
- c) Os antigos membros da Comissão Instaladora;
- d) Os antigos membros do conselho científico;
- e) Os professores jubilados ou aposentados da Faculdade;
- f) Os presidentes dos órgãos de governo e de gestão da Faculdade;
- g) Os diretores das subunidades orgânicas, dos ciclos de estudos e um responsável de cada centro de investigação;
- h) Um representante eleito pelos docentes e investigadores não doutorados no âmbito do Conselho de Representantes;
- i) O presidente da associação de estudantes;
- j) Um antigo aluno nomeado anualmente pelo presidente do órgão, ouvidas a associação de estudantes e a associação de antigos alunos;
- k) O representante dos trabalhadores não docentes com assento no Conselho de Representantes;
- l) Facultativamente, três personalidades de relevo cooptadas por deliberação do órgão.

2 — O Conselho Consultivo reúne ordinariamente uma vez por ano e de forma extraordinária por convocação do Presidente ou a requerimento de um terço dos seus membros.

Artigo 35.º

Competência do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo pronuncia -se, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer das outras instâncias de governo da Faculdade, sem carácter vinculativo, sobre:

- a) Os planos estratégicos da Faculdade;
- b) Os métodos de ensino e de avaliação;
- c) A criação, transformação ou extinção de subunidades orgânicas e de unidades de investigação da Faculdade;
- d) A criação, alteração ou extinção de ciclos de estudos em que participe a Faculdade e respetivos planos de estudos;
- e) A concessão de títulos ou distinções honoríficas e instituição de prémios;
- f) A prestação de serviços à comunidade;
- g) O relacionamento com outras instituições públicas ou privadas;

h) O relacionamento com as outras Faculdades da Universidade do Porto, e com outras instituições de ensino e investigação, nacionais e internacionais;

i) A realização de acordos e parcerias internacionais.

CAPÍTULO VII

Eleições e mandatos

Artigo 36.º

Cadernos eleitorais

1 — O processo eleitoral inicia-se com a elaboração e afixação dos cadernos eleitorais atualizados dos corpos docente, discente e trabalhador não docente, por parte do Conselho Executivo.

2 — O prazo para a elaboração e afixação dos cadernos eleitorais é de 60 dias após o início do ano letivo.

3 — As reclamações devem ser deduzidas pelos interessados no prazo de 5 dias a contar da afixação dos cadernos eleitorais.

Artigo 37.º

Calendário eleitoral

1 — O Conselho Executivo fixa para o mesmo dia a data das eleições para o Conselho de Representantes e para o Conselho Pedagógico, as quais se realizam entre o 10.º e 40.º dias posteriores ao fim do prazo referido no n.º 2 do artigo anterior.

2 — A data das eleições é anunciada com um mínimo de dez dias de antecedência, não podendo recair aos sábados, domingos e feriados.

3 — Na fixação da data das eleições, o Conselho Executivo deve salvaguardar um prazo mínimo de 20 dias entre a publicação dos cadernos eleitorais e a data de apresentação das listas concorrentes.

Artigo 38.º

Apresentação das listas

1 — Até ao 10.º dia anterior ao da data das eleições devem ser entregues na Secretaria da Faculdade, no horário de funcionamento, as listas dos candidatos concorrentes à eleição para cada um dos corpos, sendo rejeitadas as que forem entregues após aquela data.

2 — As listas de candidatos concorrentes devem integrar um número de elementos efetivos igual ao dos lugares que caibam ao respetivo corpo.

3 — As listas devem integrar igual número de elementos suplentes, salvo no caso das listas de docentes, nas quais o número de suplentes pode corresponder a metade do número dos elementos efetivos.

4 — As listas são subscritas por um mínimo de 10 % dos elementos que constituem cada corpo.

5 — Simultaneamente, com a entrega das listas são entregues as declarações individuais de aceitação de candidatura.

6 — Cada lista indica dois representantes para integrar a comissão eleitoral.

7 — O Conselho Executivo verifica no próprio dia da apresentação das listas a respetiva regularidade formal, diligenciando de imediato junto dos representantes a correção das mesmas até à data limite da abertura da campanha eleitoral, sendo rejeitadas as listas cujas irregularidades não tenham sido sanadas dentro do prazo.

Artigo 39.º

Não apresentação de listas

Em caso de não apresentação de listas para a representação de um ou mais corpos, o Conselho Executivo procede à marcação de nova data para suprir a representação do(s) corpo(s) em falta.

Artigo 40.º

Comissão eleitoral

1 — Até à abertura da campanha eleitoral, o Conselho Executivo nomeia como presidente da comissão eleitoral de cada um dos corpos um dos membros do órgão ou um membro do Conselho de Representantes em exercício ou, caso isso não seja possível, um eleitor de reconhecida idoneidade.

2 — A comissão eleitoral inicia funções no dia de abertura da campanha eleitoral.

3 — À comissão eleitoral compete superintender em tudo o que diga respeito à preparação, organização e funcionamento do ato eleitoral e decidir as reclamações e os protestos apresentados ou deduzidos durante as operações de voto e o apuramento dos resultados.

4 — Ao presidente da comissão eleitoral compete dirigir as reuniões e assegurar, em ligação com o Conselho Executivo, a regularidade da campanha e das eleições, com igualdade de tratamento das listas concorrentes.

5 — Os representantes das listas concorrentes asseguram o funcionamento das mesas de voto e estão presentes no apuramento dos resultados.

Artigo 41.º

Campanha eleitoral

A campanha eleitoral inicia-se no quinto dia anterior à data das eleições e termina doze horas antes da realização das mesmas.

Artigo 42.º

Assembleias de voto

1 — As assembleias de voto abrem às 10 horas e encerram às 19 horas.

2 — Não é admitido o voto por procuração ou correspondência.

3 — Após o encerramento das urnas procede-se à contagem dos votos e à elaboração de uma ata, assinada por todos os membros da mesa, na qual deverá constar o registo dos resultados finais.

4 — São elaboradas atas distintas para a eleição dos membros dos diferentes órgãos.

5 — As atas são entregues no próprio dia ao Conselho Executivo, que verifica o apuramento final dos votos e procede à afixação dos resultados.

6 — Em caso de protesto por parte dos membros da mesa, as decisões a seu respeito são tomadas no prazo máximo de quarenta e oito horas.

Artigo 43.º

Mandatos

1 — Salvo disposição em contrário, a duração dos mandatos é de quatro anos, exceto os dos estudantes que é de dois anos, e termina com a entrada em funções dos novos membros.

2 — Perdem o mandato os membros dos órgãos de governo que:

- a) Sejam destituídos dos cargos;
- b) Renunciem expressamente ao exercício de funções;
- c) Ultrapassem os limites de faltas estabelecidos nos respetivos regulamentos internos;
- d) Sejam punidos com perda de mandato em processo disciplinar;
- e) Vejam alterada a qualidade em que foram eleitos;
- f) Deixem de ser docentes, investigadores, estudantes ou trabalhadores não docentes da Faculdade;
- g) Assumam cargos incompatíveis com o exercício de funções.

3 — Quando se trate de um estudante que termine o ciclo de estudos em que se encontra, desde que por escrito manifeste a sua intenção de ingressar noutra ciclo no ano letivo seguinte, suspende-se o respetivo mandato até à aceitação da nova matrícula.

TÍTULO III

Estrutura da Faculdade

CAPÍTULO I

Grupos, centros de investigação e outros centros

Artigo 44.º

Estrutura organizativa

1 — A Faculdade é composta pelos grupos de Direito e de Criminologia.

2 — Fazem parte da orgânica da Faculdade os centros de investigação e os serviços.

3 — Podem associar-se à orgânica da Faculdade outros centros de investigação ou de prestação de serviços, desde que a respetiva atividade e fins se enquadre na missão e objetivos da Faculdade.

Artigo 44.º-A

Áreas científicas

1 — Para efeitos de desenvolvimento científico da Faculdade, o Grupo de Direito é composto por áreas científicas definidas pelo Conselho Científico.

2 — Aprovadas tais áreas pelo Conselho Científico, as mesmas são integradas nos Estatutos juntando-se em anexo.

Artigo 45.º

Secções científicas dos grupos

1 — As secções científicas reúnem-se para tratar dos seus assuntos, e, em particular, para a articulação dos conteúdos programáticos das disciplinas a elas ligadas e a elaboração de um projeto de distribuição do serviço docente a apresentar ao conselho científico.

2 — A criação de secções científicas compete ao Conselho Científico, por maioria de dois terços dos membros do órgão.

Artigo 46.º

Unidades e centros existentes

À data da entrada em vigor dos Estatutos existem como unidades ou centros de investigação:

a) A Escola de Criminologia, subunidade orgânica da Faculdade, que se rege pelo regulamento anexo aos presentes Estatutos;

b) O Centro de Investigação Jurídico-Económica (CIJE), o Instituto Jurídico Interdisciplinar (IJI) e o Instituto de Direito Privado (IDP), como centros de investigação da Faculdade.

CAPÍTULO II

Associações de Estudantes

Artigo 47.º

Associativismo Estudantil

1 — A Faculdade incentiva e apoia o direito de associação dos estudantes e antigos estudantes dos vários ciclos de estudos.

2 — A Faculdade de Direito colabora com as associações representativas dos estudantes criadas nos termos da legislação aplicável e regidas por regulamentos próprios, nomeadamente:

a) Proporcionando condições para a efetiva participação dos estudantes no cumprimento da sua missão e na prossecução dos seus objetivos;

b) Apoando, na medida do possível, o desenvolvimento de competências extracurriculares, nomeadamente atividades culturais, artísticas ou de participação coletiva e social que se enquadrem na missão e objetivos da Faculdade.

Artigo 48.º

Associação de Estudantes

1 — A Faculdade reconhece a Associação de Estudantes da Faculdade de Direito como parceira privilegiada na prossecução da sua missão.

2 — A Associação de Estudantes goza do direito de:

a) Ser ouvida pelos órgãos da Faculdade sobre as alterações ao plano de estudos, métodos de ensino, regulamento de avaliação de conhecimentos e, em geral, sobre todos os assuntos de interesse dos estudantes;

b) Manter um espaço no campus da Faculdade e beneficiar de apoio ao desenvolvimento das suas atividades;

c) Colaborar, nos termos definidos pelo Diretor, na gestão dos espaços recreativos, culturais e desportivos da Faculdade.

Artigo 49.º

Associação de Antigos Alunos

1 — A Faculdade reconhece o importante papel da Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Direito.

2 — A Associação de Antigos Alunos poderá:

a) Ser ouvida pelos órgãos da Faculdade sobre as políticas e estratégias desta;

b) Propor a criação de cursos que permitam satisfazer as necessidades de formação contínua dos antigos alunos;

c) Colaborar com os órgãos da Faculdade na realização de atividades académicas, culturais e científicas.

Artigo 50.º

Outras associações e iniciativas de estudantes

A Faculdade, na medida das suas disponibilidades, apoiará outras associações ou iniciativas de estudantes de caráter cultural, científico, recreativo, desportivo ou de intercâmbio, concedendo-lhes apoio e disponibilizando, sempre que possível, os espaços e meios da Faculdade.

CAPÍTULO III

Centros e atividades de investigação e desenvolvimento

Artigo 51.º

Realização de atividades de investigação e desenvolvimento

As atividades de investigação e de desenvolvimento têm lugar nos centros de investigação da Faculdade e nos institutos e centros de investigação e desenvolvimento a ela associados.

Artigo 52.º

Centros de investigação

1 — Os centros de investigação são unidades funcionais da Faculdade, com autonomia científica, criados por área científica.

2 — A constituição de um centro de investigação exige um número mínimo de cinco professores ou investigadores titulares do grau de doutor, em regime de tempo integral.

Artigo 53.º

Regulamentos dos centros de investigação

Os centros de investigação têm regulamentos próprios que determinam a respetiva composição, competência e funcionamento, cuja aprovação cabe ao Diretor, ouvido o conselho científico.

Artigo 54.º

Responsáveis pelos centros de investigação

1 — Os presidentes, coordenadores ou diretores dos centros de investigação são professores ou investigadores titulares do grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato celebrado com a Faculdade de duração não inferior a um ano e no exercício efetivo de funções.

2 — A designação dos presidentes, coordenadores ou diretores dos centros de investigação efetua-se por eleição, sendo o colégio eleitoral constituído pelos docentes e investigadores adstritos ao centro.

TÍTULO IV

Órgãos de gestão dos cursos

Artigo 55.º

Gestão dos cursos

1 — Os cursos conferentes de grau académico estão dependentes dos órgãos de governo da Faculdade e possuem os seguintes órgãos de gestão:

- a) Diretor de Curso;
- b) Comissão Científica;
- c) Comissão de Acompanhamento.

2 — Os cursos não conferentes de grau académico funcionam na dependência do Diretor da Faculdade.

Artigo 56.º

Órgãos de Gestão

1 — Os diretores dos vários ciclos de estudos de Direito são nomeados pelo Diretor da Faculdade, obtido o parecer favorável do conselho científico.

2 — A direção dos vários ciclos de estudos de Criminologia cabe ao Diretor da Escola de Criminologia ou às pessoas por ele designadas, obtido, neste último caso, o parecer favorável do conselho científico.

3 — A Comissão Científica é constituída pelo Diretor de Curso, que preside, e por dois professores ou investigadores titulares do grau de doutor por ele designados.

4 — A Comissão de Acompanhamento é constituída pelo Diretor de Curso, que preside, e por outros três membros por si designados, nos seguintes termos:

- a) Um docente do ciclo de estudos;
- b) Dois discentes do ciclo de estudos, propostos pelos representantes dos estudantes no Conselho Pedagógico.

Artigo 57.º

Competências dos órgãos de gestão dos cursos

1 — Aos Diretores de Curso compete:

- a) Assegurar o seu normal funcionamento e zelar pela sua qualidade;
- b) Divulgar e promover o ciclo de estudos junto dos potenciais interessados;
- c) Elaborar e submeter ao conselho científico propostas de organização ou alteração dos planos de estudo, ouvida a respetiva Comissão Científica;
- d) Elaborar e submeter ao Diretor da Faculdade propostas de regimes de ingresso e de numerus clausus, ouvida a respetiva Comissão Científica;
- e) Elaborar um relatório anual sobre o funcionamento do ciclo de estudos, ouvida a Comissão de Acompanhamento, devendo aquele incluir, em anexo, os relatórios das respetivas disciplinas efetuados pelos docentes responsáveis;
- f) Organizar os processos de equivalência de disciplinas e de planos individuais de estudos;
- g) Presidir às reuniões da Comissão Científica e da Comissão de Acompanhamento.

2 — Às Comissões Científicas compete:

- a) Promover a coordenação curricular;
- b) Pronunciar -se sobre propostas de organização ou alteração dos planos de estudo;
- c) Pronunciar -se sobre as necessidades do serviço docente;
- d) Pronunciar -se sobre propostas de regimes de ingresso e de numerus clausus;
- e) Elaborar e submeter ao Diretor da Faculdade o regulamento dos ciclos de estudos.

3 — Às Comissões de Acompanhamento compete zelar pelo normal funcionamento do ciclo de estudos podendo pronunciar-se sobre todas as questões relevantes, nomeadamente aquando da elaboração do relatório anual.

Artigo 57.º-A

Participação nos órgãos de gestão

A Faculdade privilegiará e incentivará, a participação dos membros de todos os corpos da Faculdade nos diversos órgãos de gestão.

TÍTULO V**Serviços**

Artigo 58.º

Serviços da Faculdade

1 — São serviços da Faculdade:

- a) Os Serviços Administrativos, Financeiros e Académicos que compreendem:
 - A Secção de Recursos Humanos;
 - A Secção de Recursos Financeiros;
 - A Secção de Alunos;
 - O Gabinete de Formação Contínua, Pós -Graduação, Mestrados e Doutoramentos;
- b) Os Serviços de Documentação, que integram a Biblioteca Jurídica Prof. Doutor Jorge Ribeiro de Faria e o Centro de Documentação Europeia;
 - a) O Gabinete de Relações com o Exterior que integra o Gabinete de Relações Públicas e o Gabinete de Intercâmbios e Mobilidade;
 - b) O Serviço de Informática;
 - c) O Gabinete para a Integração na Vida Ativa.

2 — A organização dos Serviços consta de regulamento orgânico aprovado pelo Diretor, sob proposta do Conselho Executivo.

3 — Podem ser criados novos serviços pelo Diretor.

TÍTULO VI**Disposições complementares, finais e transitórias**

Artigo 59.º

Revisão Estatutária

1 — Os projetos de revisão dos presentes Estatutos são apresentados ao Conselho de Representantes por um terço dos seus membros

em efetividade de funções ou por qualquer dos órgãos de governo da Faculdade.

2 — O quórum constitutivo para alteração dos Estatutos é de dois terços dos membros em efetividade de funções em número nunca inferior a oito.

3 — As alterações são aprovadas por maioria de dois terços dos membros do Conselho de Representantes presentes em reunião expressamente convocada para o efeito.

Artigo 60.º

Participação externa nos órgãos de governo e de gestão

A participação de elementos externos nos órgãos de governo da Faculdade e nos órgãos de gestão de outras unidades e centros limita-se aos casos expressamente previstos nos Estatutos.

Artigo 61.º

Processo de transição

1 — Após a homologação dos Estatutos pelo Reitor da Universidade do Porto compete ao Conselho Diretivo cessante organizar e promover a constituição dos novos órgãos, incluindo a eleição do Diretor, no prazo máximo de 60 dias.

2 — No prazo referido no número anterior devem os órgãos colegiais de governo da Faculdade eleger os respetivos presidentes e vice-presidentes, com exceção do presidente do Conselho de Representantes que deve ser eleito no prazo máximo de 45 dias.

3 — Cada órgão de governo elabora o seu regimento interno no prazo de 45 dias após o início de funções.

4 — O primeiro mandato dos membros dos diferentes órgãos de governo — de quatro e dois anos, respetivamente, para docentes e trabalhadores não docentes e para estudantes — encurtar -se -á por forma

5 — Os membros do Conselho Diretivo cessante podem, se assim o desejarem, candidatar -se a qualquer órgão do governo para o qual tenham capacidade eleitoral passiva.

Artigo 62.º

Primeira revisão

Os presentes Estatutos devem ser avaliados pelo Conselho de Representantes no último trimestre do respetivo mandato, com vista à sua eventual revisão.

Artigo 63.º

Aplicação subsidiária do CPA

Em tudo o que não estiver expressamente regulado nos Estatutos aplicam -se subsidiariamente as disposições do Código de Procedimento Administrativo, com exceção do regime dos prazos, que são contados de forma contínua.

Artigo 64.º

Entrada em vigor dos Estatutos

Os presentes Estatutos entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*

Aprovado por unanimidade dos membros presentes em reunião da Assembleia Estatutária da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, realizada a 24 de outubro de 2009.

7 de janeiro de 2015. — O Reitor, *Prof. Doutor Sebastião Feyo de Azevedo*.

208347994

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**Despacho (extrato) n.º 383/2015**

Por despacho de 4 de novembro de 2014, do Presidente deste Instituto foi a *Pedro Miguel Dias Felner*, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de acordo com o disposto no artigo 56.º/1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, como Professor Adjunto Convocado em regime de tempo parcial 30 % e acumulação, para exercer funções na Escola Superior de Desporto de Rio Maior deste Instituto, com efeitos reportados a 1 de novembro de 2014, e até 30 de junho de 2015, com a remuneração correspondente a 30 % do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

05/01/2015. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.
208339707